



Assembleia Municipal

ACTA Nº15

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de Junho de 2011

Aos 24 dias do mês de Junho de 2011 reuniu em sessão ordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça. Esta sessão foi dirigida por uma mesa constituída pelo Presidente, Mário Raul Santiago do Céu, e pelos secretários Ana Paula Agostinho Matias e João Vasco Rodrigues Peixinho. Compareceram a esta Assembleia os seguintes deputados: Maria Graciete Agostinho Brito, João Pedro Antunes Osório, Fernando Manuel Neves Ramalho, Lúcio António Vieira Amaral, Henrique Miguel Caetano Santana, Mário Branca André, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Carla Margarida Alves Raposo, Inês Nóbrega D'Aguiar, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Marco António Heleno Domingos da Silva, Joana de Brito Monteiro Serrano e Ana Cristina Sérgio. Estiveram ainda presentes os vereadores Regina Ferreira, Luís Garrotes, Mário Peixinho e Carlos Pereira, bem como o Presidente da Câmara, Mário Pereira.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão eram 21 horas.

Período de Intervenção do Público

Não houve inscrições.

Actas

Passou-se à apreciação e votação da Acta nº 13, referente à sessão solene da Assembleia Municipal do dia 24 de Abril de 2011.

Antes de dar a palavra ao deputado Celestino Brasileiro, o qual se iria manifestar acerca da acta em apreciação, o Presidente da Assembleia fez notar a sua surpresa no que toca à presença de alguns deputados da Bancada da CDU que habitualmente não faziam parte desta Assembleia. O Presidente referia-se aos deputados João Osório e Celestino Brasileiro, o

primeiro porque tinha pedido suspensão de mandato aquando da sua nomeação para o Gabinete de Apoio à Presidência, e o segundo porque se esperava que, à semelhança do que aconteceu com os deputados João Osório e Vitória Brito, tivesse também suspenso o mandato agora que foi nomeado para ocupar um lugar no referido Gabinete. O Presidente estranha tanto mais quanto desconhecia a decisão de revogar uma disposição emanada da reunião da CDU, na qual se tinha decidido e concluído que seria de bom-tom que os eleitos desse partido nomeados para cargos políticos no órgão Executivo deveriam suspender os mandatos da Assembleia Municipal.

Sobre esta matéria pronunciou-se o deputado João Osório. O deputado explicou que a sua presença na Assembleia deriva da posição assumida pela sua força política que representa, que achou que estava na altura de o deputado regressar a este órgão.

O deputado Celestino Brasileiro afirmou que a bancada do seu partido entendeu que, mesmo depois da sua nomeação para o exercício de um cargo no órgão executivo, o deputado deveria continuar a exercer as suas funções no órgão para o qual foi eleito.

Partindo do princípio de que a Assembleia Municipal é um órgão com função fiscalizadora do trabalho do Executivo, o Presidente da Assembleia perguntou aos deputados se mesmo exercendo funções políticas nesse órgão se sentiam com condições e capacidade de isenção para executarem a sua função neste plenário.

O deputado João Osório declarou que não exerce nenhuma função de direcção nem lhe foi outorgado nenhum poder decisor, pelo que se sente em condições para exercer as suas funções na Assembleia. Em todo o caso, o deputado afirmou estar em condições de fazer chegar ao Presidente da Mesa um parecer da CCDR favorável às suas pretensões.

O Presidente da Mesa dispensou este expediente uma vez que sabe que não existe impedimento legal. Lembrou que se limitou a perguntar se os deputados se sentem em condições de exercer as suas funções com a isenção que lhes é exigida.

Retomando a ordem de trabalhos, o deputado Celestino Brasileiro fez uma proposta de alteração da acta em apreciação.

Não havendo mais intervenções, a acta foi posta à votação com a alteração proposta pela bancada da CDU.

A acta nº 13 foi aprovada por maioria com 10 votos a favor e 5 abstenções.

O deputado João Osório fez declaração de voto. Absteve-se porque não esteve presente na sessão. Passou-se à apreciação e votação da Acta nº 14, respeitante à sessão ordinária de 29 de Abril de 2011.

O deputado Celestino Brasileiro fez algumas propostas de alteração.

Com as alterações propostas pelo deputado Celestino Brasileiro, a acta nº 14 foi aprovada por maioria com 9 votos a favor e 6 abstenções.

Os deputados João Osório e João Peixinho fizeram declaração de voto, explicando que se abstiveram porque não estiveram presentes na sessão.

Período Antes da Ordem do Dia

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado congratulou-se com o regresso do Presidente da Câmara ao exercício de funções depois de ter prestado contributo à democracia ao candidatar-se a deputado da nação. O deputado formulou os votos de que a experiência se tivesse traduzido num enriquecimento pessoal e político. Aproveitou também para saudar o regresso do deputado João Osório, deputado que, segundo afirmou, faz sempre falta neste plenário. Quanto à polémica relativamente à presença simultânea dos deputados João Osório e Celestino Brasileiro nesta Câmara e no Gabinete de Apoio ao Executivo, é matéria sobre a qual o Partido Socialista não se pronunciará, desde que assegurada a conformidade com as disposições legais. Já quanto ao facto de a CDU ter violado ou não o que se tinha comprometido, é assunto que diz respeito ao Partido Comunista e que terá de ser resolvido internamente. Por último, o deputado saudou a deputada do PSD, Ana Cristina Sérgio, que pela primeira vez assume funções nesta Assembleia.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro, que aproveitou igualmente para saudar a nova deputada do PSD. O deputado passou a ler um voto de pesar pelo falecimento do alpiarcense Lima Fernandes.

Sobre este voto de pesar interveio o deputado Fernando Ramalho, assinalando a ausência de referência ao facto de o município Lima Fernandes ter sido funcionário da Câmara Municipal, referência que o deputado considera importante.

O deputado Celestino Brasileiro concordou e comprometeu-se em nome da sua bancada em acrescentar a referência em falta.

Com a referência sugerida, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Interveio em seguida a deputada Graciete Brito. Referindo-se ao caso da presença na Assembleia dos deputados da CDU João Osório e Celestino Brasileiro, que exercem simultaneamente funções no Gabinete de Apoio à Presidência, a deputada afirmou, sem prejuízo da posição enunciada pelo seu colega de Bancada, Fernando Ramalho, que concorda com a posição defendida pelo Presidente da Assembleia Municipal quanto a esta matéria, nomeadamente que não é de bom-tom que pessoas afectas ao gabinete de apoio ao Presidente da Câmara façam também parte de um órgão fiscalizador como é a Assembleia Municipal.

Posto isto, a deputada referiu-se ao clima de insegurança que se vive em Alpiarça. A deputada recordou que têm existido recentemente algumas situações preocupantes e complexas e lamentou que se continue sem solução à vista para os problemas. A deputada sabe que a segurança não é uma competência directa da Autarquia e reconhece que ter-se-ão efectuado algumas diligências. Entende contudo que seria obrigação da Câmara informar os munícipes sobre o que tem acontecido e o que está a ser feito, a fim de que eles possam saber que a Autarquia está preocupada com esta situação. Ainda sobre o mesmo tema, a deputada ouviu dizer que se realizou uma reunião com os agricultores de Alpiarça para tratar de questões de segurança nos campos, pelo que pergunta por desenvolvimentos nesta matéria.

A deputada referiu-se em seguida à falta de cuidado e limpeza nas ruas e nos espaços verdes da Vila, inquirindo sobre a razão para esta situação. Lembrou ainda a questão dos cartazes partidários que povoam o Concelho e que em nada beneficiam a imagem do Município. A deputada sabe que não é assunto da Câmara, mas enquanto representantes de uma força política parece-lhe oportuna a chamada de atenção.

Intervenção do deputado Henrique Santana. O deputado leu uma saudação dirigida à equipa de futebol juvenil de sub-10 do Clube Desportivo "Os Águias", seus dirigentes e técnicos por se terem sagrado campeões distritais na época 2010/2011.

O voto de saudação foi aprovado por unanimidade.

Intervenção da deputada Carla Raposo. A deputada lamentou que se fizessem determinados atendimentos aos munícipes no hall de entrada do edifício dos Paços do Município, situação que pôde observar por diversas vezes. Entende a deputada que o hall de entrada não é o local mais digno para receber os munícipes, até porque é um sítio onde os munícipes não encontram a privacidade que desejariam para exporem os seus assuntos pessoais.

Interveio em seguida o deputado Mário André pedindo um ponto de situação relativamente ao projecto Ripidurable.

Intervenção da deputada Ana Margarida do Céu. A deputada perguntou se o Festival do Melão, iniciativa a ser levada a cabo em breve, já tinha algum programa previsto.

O Presidente da Câmara passou a responder às questões que lhe foram colocadas. Referindo-se à sua candidatura pelas listas da CDU às recentes eleições para a Assembleia da República, o Presidente lembrou que se trata já da terceira vez que se candidata, embora seja a primeira vez que tal acontece na condição de Presidente da Câmara. Assim, e como a lei eleitoral impõe a suspensão de funções dos presidentes de Câmara candidatos, o Presidente limitou-se a agir em conformidade. A decisão de se candidatar decorre da vontade colectiva do seu partido. Acrescentou que não é a primeira vez que um Presidente de Câmara se candidata e não será a última, e tal não representa nenhuma subversão dos princípios democráticos. O Presidente perguntou à deputada Graciete Brito, que na última sessão teceu críticas à candidatura do Presidente, se o que considerou enganoso na sua conduta foi o exercício natural de um direito de cidadania e da democracia, ou se era o facto de poder ser eleito e sair da Câmara Municipal.

Em relação à insegurança, o Presidente declarou que a preocupação é geral e ele, enquanto Presidente da Câmara, é ainda mais sensível ao problema. Em todo o caso, o Presidente lembrou que a causa deste problema está identificada, uma vez que releva do progressivo desinvestimento nas forças de segurança por parte do Governo que agora cessou funções e dos governos anteriores. Ao contrário do que a deputada Graciete Brito afirmou, já houve a manifestação por parte da Câmara da preocupação e do empenho que tem tido para resolver esta questão, nomeadamente ao noticiar as reuniões com o Secretário de Estado da Administração Interna, em 2010, e, com a mesma entidade e com o próprio Ministro da Administração Interna, na presença de representantes de todas as forças políticas do Concelho, já em 2011. Entretanto o governo demitiu-se e foi eleito um novo, pelo que está na altura de se convocar outra reunião com o novo Ministro.

Quanto à reunião com os agricultores, o Presidente esclareceu que teve oportunidade de reunir com 11 agricultores do Concelho que manifestaram intenção de falar com ele para tratar da questão dos roubos em meio rural. Os agricultores evidenciaram as suas preocupações e avançaram com algumas hipóteses de colaboração entre a Câmara, a Junta

de Freguesia, os agricultores e outras entidades, como a EDP e as forças de segurança. A Autarquia ficou encarregue de iniciar os contactos com algumas destas entidades e de procurar encontrar uma proposta de colaboração futura. Entretanto já ficou marcada uma reunião mais alargada para daqui a 8 dias. Ainda na sequência desta reunião, o Presidente marcou uma audiência com o Comandante da GNR de Alpiarça para o confrontar com a situação, que de resto conhece bastante bem.

Relativamente ao estado da limpeza das ruas, o Presidente mencionou uma reportagem publicada pelo semanário *O Mirante* que dava conta das dificuldades das autarquias em corresponder positivamente às expectativas das populações devido à escassez de pessoal e de meios para fazer esse trabalho de limpeza. O jornal cita inclusivamente as câmaras de Benavente, Almeirim, Rio Maior, Alpiarça, Santarém, etc. Contribuem para este estado de coisas as dificuldades em substituir os funcionários que se reformam e em contratar mais pessoal devido às restrições governamentais. No caso particular de Alpiarça, a situação agrava-se devido à situação financeira que este Executivo herdou. O Presidente tem reunido com o Centro de Emprego no sentido de conseguir a colaboração de pessoas desempregadas ao abrigo do Programa Ocupacional, mas há cada vez menos possibilidades disso acontecer, até porque muitas das pessoas elegíveis para este programa já prestaram serviço na Câmara ou na Junta, esgotando a oportunidade de o voltar a fazer. Para além disso, existem problemas específicos da gestão dos espaços verdes que têm que ver com a Junta de Freguesia e com o protocolo de transferência de competências para a Junta, que também se depara com os mesmos problemas de pessoal. Para fazer face a esta situação a Câmara está a preparar um conjunto de medidas que passam essencialmente pela alteração do protocolo com a Junta de Freguesia e, no que toca à limpeza das ruas, pelo aluguer de uma máquina varredora. Para além disso, o Presidente conta fazer aprovar nesta mesma Assembleia, se for esse o entendimento dos eleitos, um *leasing* para aquisição de uma nova varredora.

No que respeita aos cartazes das eleições presidenciais, questão que frequentemente tem sido levantada nesta Assembleia, o Presidente adiantou que a questão se coloca pela razão de a CDU ser a força política que faz campanha junto das pessoas, com recursos próprios e com a colaboração dos seus simpatizantes, que são os próprios a financiar e a executar as campanhas, pelo que a retirada dos cartazes está também dependente da sua disponibilidade. Ao contrário, os outros partidos preferem investir na divulgação política através dos *media* e da televisão. De resto, a Câmara de Alpiarça não retira propaganda política, até porque é uma acção manifestamente ilegal.

Sobre a questão do atendimento, o Presidente afirmou compreender as preocupações da deputada Carla Raposo. De facto, não obstante a situação beneficiar um atendimento muito mais célere e informal, levanta também questões que têm que ver com o sigilo e outras que a deputada referiu. É por isso uma questão a ponderar.

Já quanto ao ponto de situação da valorização ambiental do Paul da Goux através do projecto Ripidurable, o Presidente resumiu a situação da seguinte forma: qualquer projecto com financiamento comunitário tem um período de investimento, isto é, contratam-se empresas, afectam-se as verbas e o trabalho avança, mesmo que nem sempre até ao fim, como foi o caso. Acontece que após esta fase inicial de investimento segue-se a fase de manutenção, para a qual não existe financiamento. Quando os projectos não são devidamente pensados acontece o que aconteceu com o Ripidurable, que não tem verbas para manter as infra-estruturas entretanto criadas nem para avançar com iniciativas que garantam a auto-sustentação. Entretanto, no âmbito da necessidade de definir uma estratégia de desenvolvimento turístico de toda aquela área do Alto Castelo, a Câmara começou a trabalhar com uma empresa que irá apresentar nos próximos meses um conceito-programa de investimento que inclua parceiros investidores que ajudem a dinamizar aquele espaço.

Relativamente ao Festival do Melão, o Presidente adiantou que o festival se irá realizar nos dias 23 e 24 de Julho e, à semelhança do que aconteceu o ano passado, será co-organizado pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal. Em termos de animação, o programa ainda está a ser delineado, pese embora o facto de a organização não dispor das verbas desejáveis para fazer desta uma iniciativa de larga afluência de público. Ainda assim, está a procurar-se reunir as condições para conseguir um salto qualitativo desta iniciativa em relação ao ano passado.

Terminados os esclarecimentos do Presidente da Câmara, o Presidente da Mesa deu a palavra à deputada Graciete Brito para responder à questão que o Presidente da Câmara lhe tinha colocado.

A deputada explicou que o que disse na última Assembleia tinha que ver com a possibilidade de o Presidente ser eleito deputado nacional, o que o colocaria na posição de ter de faltar ao compromisso que tinha assumido com o povo de Alpiarça, situação que a acontecer num primeiro mandato seria considerada pela deputada como muito grave. Por outro lado, caso o Presidente se tivesse candidatado às legislativas sem a intenção de ser eleito, estaria também a enganar os eleitores aos quais se propunha como candidato. Em qualquer dos cenários o Presidente estaria a enveredar por uma posição enganosa. De resto, a deputada não põe em causa a boa vontade do Presidente.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado referiu-se ao assunto da candidatura do Presidente a deputado nacional. Entende o deputado que, apesar de considerar que qualquer candidatura política seja um contributo para a democracia, a situação do Presidente da Câmara é bastante particular. Tendo-se este candidatado às eleições autárquicas, tendo obtido um mandato claríssimo da população de Alpiarça, tendo alardeado o estado calamitoso das finanças em que encontrou o Município, vem agora, um ano depois, candidatar-se a outras eleições agora que a Câmara precisa de um Presidente forte e legitimado pelo povo. Para o deputado não se trata da legalidade da decisão, mas do sinal que o Presidente deu ao preferir servir o seu partido em vez de estar ao serviço da população de Alpiarça que o elegeu. O deputado perguntou o que é que Alpiarça ganhou com a candidatura do Presidente, que o obrigou a ausentar-se do comando da Autarquia durante vários meses, quando o Presidente nem sequer tinha a pretensão de ser eleito.

A propósito da segurança, o deputado lembrou ao Presidente que durante a reunião com o Ministro da Administração Interna se falou do problema das instalações da GNR de Alpiarça, que carecem de condições mínimas para o desempenho das funções a que se destinam, e nessa altura o Ministro deixou aberta a possibilidade de, através do recurso a verbas do CREN ou outras, a Câmara poder reparar o actual edifício da GNR, sendo que o Ministério se comprometia a fazer um contrato de arrendamento que aos poucos fosse compensando a Câmara das verbas que tinha gasto. O deputado considera ser esta uma ideia interessante e lamenta nunca mais ter ouvido falar do assunto, pelo que perguntou se houve algum avanço.

Para terminar, evocando a afirmação do Presidente de que os investimentos tinham a desvantagem de carecerem da previsão da despesa de manutenção, o deputado perguntou se as obras que o Presidente tinha previsto realizar no seu programa eleitoral iriam deixar de ser feitas pela mesma razão.

Intervenção do deputado João Osório. Referindo-se à questão da propaganda política da CDU, o deputado esclareceu que os pendões das eleições presidenciais já foram retirados. Sublinhou ainda a intervenção do Presidente, dizendo que de facto a CDU é a única força política que faz uma campanha de proximidade com as populações. Por outro lado, a CDU não espera pelas eleições para fazer propaganda: fá-lo durante todo o ano. Por essa razão existe continuamente propaganda da CDU nas ruas, não obstante a renovação periódica que sofre. A CDU não tem a comunicação social para fazer entrar a propaganda nas casas das pessoas, pelo que só lhe resta fazê-lo nas ruas junto das pessoas.

Intervenção da deputada Ana Cristina Sérgio. A deputada referiu-se à suspensão do mandato do Presidente aquando da sua candidatura ao parlamento, lembrando que esta não é situação inédita na Câmara, já que o anterior Presidente Rosa do Céu também se ausentou da Câmara deixando os destinos do Município à sua Vice-Presidente, e a actual Governadora Civil de Santarém também devia estar agora neste plenário e não está.

O Presidente da Câmara passou a responder à segunda ronda de questões. Relativamente à questão da sua candidatura, o Presidente fez suas as palavras da deputada Cristina Sérgio. Seguindo a ordem de ideias dos deputados Fernando Ramalho e Graciete Brito, o Presidente acharia natural que esses mesmos deputados dissessem claramente que achavam que tinha sido enganar os eleitores as atitudes do anterior Presidente Rosa do Céu e da actual Governadora Civil Sónia Sanfona. Acusações, aliás, que o Presidente nunca fez. De resto, a suspensão só existiu formalmente, dado que na prática o Presidente esteve na Câmara todos os dias. O Presidente referiu ainda a rápida mudança de opinião do deputado Fernando Ramalho, que da primeira para a segunda intervenção passou a condenar a sua atitude.

Quanto ao quartel da GNR, o Presidente lembrou que a ideia de construir um novo quartel já não é nova, tendo inclusivamente estado prevista em PIDDAC, e não foi por demissão da CDU deste processo que a ideia não avançou, pelo contrário, a CDU apresentou por várias vezes a proposta de construção do novo quartel através dos seus deputados na Assembleia da República, propostas que foram sempre chumbadas pelas maiorias do PS e do PSD. Quanto à possibilidade de a Câmara assumir as obras de reparação do actual quartel, sendo que posteriormente o Ministério acertaria uma renda com a Autarquia a fim de a ir compensando pelo investimento, o que é certo é que o Secretário de Estado também ficou de fazer uma proposta concreta à Câmara e nunca o chegou a fazer. De resto, está em cima da mesa a possibilidade de a Câmara se candidatar no âmbito da Regeneração Urbana à reabilitação daquele edifício, e por isso mesmo a Autarquia já chamou uma equipa de arquitectos para fazer um levantamento de custos para essa eventual candidatura.

Quanto à despesa de manutenção que todo o investimento traz, parece ao Presidente que é um dado adquirido e reconhecido por todos, tanto que na Assembleia da República existem vários partidos a propor o cancelamento dos investimentos, alguns deles até que teriam possibilidades de dinamizar a economia nacional, dessa forma empurrando o país para a recessão. O Presidente esclareceu que se limitou a constatar um facto, isto é, quando se lançaram as candidaturas não se equacionou a despesa que o investimento acarretaria no futuro, e isso reflecte-se na gestão que este Executivo tem de fazer dos equipamentos.

A deputada Graciete Brito pediu a palavra em defesa da honra. Afirmou que o Presidente, enquanto homem da História, devia saber que não é possível comparar o que não é comparável. A deputada adiantou que não lhe compete a ela ajuizar se as atitudes de terceiros pessoas foram ou não as mais correctas, mas lembrou que o Presidente tinha apenas um ano de mandato quando o suspendeu enquanto o Dr. Rosa do Céu já tinha dado 10 anos do seu tempo a Alpiarça. Já em relação à Dr.ª Sónia Sanfona, recorda a deputada que se tratava de uma Vereadora sem pelouro, pelo que não cabia recusar um cargo para ser Vereadora sem pelouros.

O Presidente da Câmara respondeu à deputada dizendo que não se trata de ciência mas de valores, e eles, sendo absolutos, não dependem de margens de tempo ou outros factores circunstanciais. O Presidente reiterou que a sua posição quanto esta matéria é a de respeitar inteiramente as decisões tanto do ex-Presidente Rosa do Céu, como da actual Governadora Civil Sónia Sanfona.

Após intervalo, os trabalhos foram retomados com direito de defesa da honra por parte do deputado Fernando Ramalho.

O deputado explicou que não mudou de opinião, simplesmente da primeira vez expressou o seu desejo pessoal de que o Presidente tivesse todo o sucesso na sua carreira política, e na segunda vez fez as considerações políticas e as ilações que é possível tirar das atitudes tomadas pela força política que o Presidente defende.

Período da Ordem do Dia

Ponto 1 – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Intervenção do deputado Lúcio Amaral. O deputado reparou que estão a decorrer trabalhos em todos os Lugares com excepção do Frade de Cima. Pergunta por isso porque é que passados dois anos o Frade de Cima continua com uma rotunda sem água, com lombas por fazer, com estradas por acabar, valetas por limpar, água que corre pela estrada, buracos por tapar, e o único jardim existente está seco por falta de electro-válvulas.

Intervenção da deputada Graciete Brito. No documento chamou-lhe a atenção duas reuniões com a CLVT, pelo que pediu esclarecimentos sobre as mesmas. Pediu também informações sobre o andamento das negociações

com o proprietário dos terrenos onde estão implantadas as casas avieiras do Patacão.

O Presidente passou a responder. Em relação à intervenção do deputado Lúcio Amaral, o Presidente aceitou o reparo, registou as sugestões e reconheceu que há ainda muito a fazer, tanto no Frade de Cima como noutras áreas do Concelho. De resto, têm existido algumas acções no Frade de Cima, nomeadamente, por exemplo, no que respeita à limpeza e pintura do espaço envolvente à rotunda e ao edifício da escola primária, e mesmo restauro de caminhos agrícolas, etc.

Relativamente às reuniões com a DRELVT, o Presidente explicou que a primeira se realizou em Santarém, na Escola Sá da Bandeira, e teve que ver com a comunicação da parte da DREL da proposta da rede escolar, dando conta das escolas que esta entidade pretende fazer encerrar na nossa região no próximo ano lectivo. No caso de Alpiarça, propõe-se o encerramento da escola do Casalinho. Na altura o Presidente disse que ia reunir com os interessados e com a população do Casalinho a fim de discutir esta questão, e de acordo com o que se decidir nessa reunião será decidida a posição da Câmara. Em relação à outra reunião, esta decorreu em Lisboa por solicitação da própria Câmara e teve que ver com a execução das obras de construção de uma portaria e reparação do telheiro da Escola E.B. 2,3/S, para as quais existe um acordo de colaboração entre a Câmara e a Direcção Regional. A Câmara lançou os procedimentos concursais, mas não apareceu nenhum empreiteiro interessado em executar a obra. Entretanto a Autarquia voltou a lançar o concurso e apareceram duas propostas. Acontece que o orçamento dessas empresas era muito acima dos 50.000€00, valor inicialmente acordado com a DREL. Esta reunião teve pois o propósito de dar a conhecer e sensibilizar esta entidade para este problema.

Por último, acerca das casas avieiras do Patacão e da candidatura desse património a Património Nacional como parte integrante de um consórcio com esse fim, o Presidente explicou que, sendo propriedade privada o terreno onde essas infra-estruturas se edificaram, qualquer intervenção no âmbito desse processo passa pela concordância do titular desses terrenos. A reunião visava assim perceber qual era a disponibilidade do proprietário para entrar em concertação com a Câmara de Alpiarça relativamente à posse da faixa de terreno onde estão edificadas as casas dos pescadores. O proprietário demonstrou abertura para esta situação e aguarda-se agora o final das negociações para firmar o acordo final.

O Presidente deu ainda nota da reunião com a Directora do Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria na qual foi abordada a

questão do estado do Centro de Saúde de Alpiarça e o problema da falta de médicos.

Ponto 2 – Apreciação e votação – Classificação da Aldeia do Patacão como Património de interesse Municipal.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada afirmou regozijar-se com esta proposta e esperar que se constitua como o primeiro passo na prossecução do projecto de requalificação e aproveitamento turístico daquela Aldeia.

Intervenção do deputado Mário André. O deputado também se congratula com esta proposta, muito embora preveja com tristeza que aconteça com este local o que aconteceu no Paul da Goux, que depois de requalificado ficou ao abandono. O deputado referiu que, não obstante tratar-se de os Concelhos mais pequenos do país, Alpiarça tem um potencial turístico e cultural enorme que devia ser valorizado e tomado como uma das primeiras prioridades. Para além disso, Alpiarça dispõe de muitas e boas infra-estruturas que estão subaproveitadas, o que preocupa em grande medida o deputado, dado que Alpiarça é privilegiada nesse capítulo mas isso não se traduz em efectiva mais-valia para o desenvolvimento do Concelho. O deputado lamentou portanto que em termos culturais, desportivos e turísticos não se persiga nenhum programa previamente definido e que estabeleça desde logo os objectivos que se pretenda alcançar.

Intervenção do Presidente da Câmara concordando que de facto este processo não é definitivo, sendo que muito falta ainda fazer, e recordando que este assunto já se vem arrastando há muito tempo porque o anterior Executivo não se mostrou muito interessado em o levar por diante. Em todo o caso o Executivo está empenhado em que este assunto se resolva e em precaver a rentabilidade deste projecto. O Presidente adiantou ainda que esta classificação que hoje se vai votar não é vinculativa, uma vez que após a aprovação da Assembleia existem uma série de trâmites até à declaração final da Aldeia do Patacão como património de interesse municipal.

Posta à votação, a proposta de classificação da Aldeia do Patacão como Património de interesse Municipal foi aprovada por unanimidade.

O deputado Fernando Ramalho fez declaração de voto. O deputado congratulou-se por esta aprovação e aproveitou para chamar a atenção para o estado de ruinoso em que se encontra um núcleo das habitações dos pescadores avieiros.

O deputado Celestino Brasileiro fez também declaração de voto. O deputado congratulou-se por esta aprovação, lembrando que no anterior mandato este projecto foi negligenciado e abandonado pelo Executivo.

Ponto 3 – Apreciação e votação da Proposta de Regulamento da Zona Industrial.

Intervenção da deputada Graciete Brito. Apesar de considerar que o regulamento abre algumas possibilidades de potenciar o aglomerado industrial, não é ainda suficientemente ambicioso, no sentido de que poderia abrir outras portas para o futuro, nomeadamente dando a possibilidade à instalação de outras pequenas indústrias que não pudessem comprar um espaço.

Intervenção em seguida a deputada Cristina Sérgio. A deputada sublinhou que é importante garantir que as fábricas que se instalam na Zona Industrial tenham a sua ETAR e que tratem convenientemente dos seus efluentes. De resto, a deputada sugeriu que as empresas na Zona Industrial estivessem melhor sinalizadas, dado que a sinalização existente é manifestamente insuficiente.

Intervenção do Presidente da Câmara. O Presidente explicou que este não é ainda um regulamento que altere totalmente o quadro regulamentar do funcionamento da Zona Industrial, mas procura responder a aspectos particulares que tinham sido anteriormente identificados e que têm constrangido o desenvolvimento da Zona Industrial. Explicou ainda que anteriormente estavam em vigência dois regulamentos diferentes, um para a parte antiga e outro para a parte mais recente da Zona Industrial, ao abrigo do Plano Director Municipal, e que este regulamento vem agora uniformizar os critérios da instalação de fábricas. De resto, ao contrário do que a deputada Graciete Brito afirmou, este regulamento vem permitir a instalação de qualquer tipo de empresas, salvaguardando apenas as questões ambientais. Outra novidade deste regulamento é a possibilidade de os proprietários cederem os seus espaços por arrendamento, trespasse ou cessação de exploração de lotes e instalações, situação que vem possibilitar a entrada de empresas menores que não tenham capital para construir de raiz as suas infra-estruturas. Em relação à sinalização, o Presidente tomou nota da sugestão e irá averiguar a situação.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado chamou a atenção para o facto de este regulamento só ter aplicação para quem adquirir lotes a partir da sua aprovação.

Intervenção do deputado João Osório. O deputado esclareceu que o regulamento da Zona Industrial é um regulamento municipal, pelo que não tem ónus real ao nível do registo da conservatória. As transmissões de

propriedade são aprovadas pelo Município em Reunião de Câmara mediante o regulamento em vigor.

Não havendo mais inscrições passou-se à votação do Regulamento da Zona Industrial, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 4 – Apreciação e Votação do Empréstimo Excepcionado de 200.000.00 euros, referente ao financiamento de Longo Prazo para fazer face à comparticipação da C.M.A. de 20% da obra da Casa Museu dos Patudos – Pedido de autorização junto do BEI para os procedimentos de candidatura.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado mostrou-se satisfeito por existir uma alternativa ao contrato previsto com a Caixa Geral de Depósitos, que era a todos os títulos desvantajoso. Esta solução parece ao deputado bem mais interessante.

O ponto 4 foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com uma ausência da sala da deputada Joana Serrano.

Ponto 5 – Apreciação e votação – Actualização e Revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

Tomou a palavra a deputada Graciete Brito. A deputada afirmou que lhe parece que este documento vem dar razão à intervenção do deputado Paulo Sardinheiro quando adiantou noutra Assembleia que não havia uniformidade no tratamento da questão dos muros.

O Presidente da Câmara explicou que não se tratava apenas dessa alteração e remeteu os deputados para a explicação que o Arquitecto da Autarquia dá no final do documento.

Posto à votação, o ponto 5 foi aprovado por unanimidade com uma ausência da sala da deputada Joana Serrano.

Ponto 6 – Apreciação e votação da Proposta de aquisição de uma Varredora por concurso público.

Não havendo inscrições passou-se à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Sendo por esta altura meia-noite, o Presidente da Mesa colocou à votação a continuação dos trabalhos. A continuação dos trabalhos foi aprovada por maioria com 11 votos a favor, 3 abstenções e 3 votos contra.

Ponto 7 – Apreciação e votação – Central de Compras Electrónicas da CIMLT.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada louvou a posição do Executivo ao aderir a esta facilidade, acrescentando que essa não vem sendo a atitude da CDU, que parecia querer que Alpiarça continuasse “orgulhosamente só”, negligenciando as parcerias e as colaborações. A deputada pediu em seguida que o Presidente fizesse um breve resumo das implicações desta adesão.

Intervenção da deputada Ana Margarida do Céu. A deputada referiu que o recurso à Central de Compras do Estado não é facultativo, ao contrário do que acontece com esta Central de Compras. Pediu pois esclarecimentos sobre esta matéria.

O Presidente começou por responder a esta última pergunta explicando que é de facto facultativo, até porque esta Central de Compras não resulta de uma legislação que obrigue os municípios mas de uma adesão voluntária de um conjunto de municípios a uma plataforma comum. Esclareceu também que a Central de Compras da CIMLT irá intervir apenas no âmbito da energia, combustíveis, gás, lubrificantes, consumíveis de higiene e limpeza, impressão e comunicações. Ainda assim, mesmo nessas áreas existe a possibilidade de os municípios comprarem fora desta estrutura, embora essa opção não seja, a maioria das vezes, vantajosa. Quanto à posição da CDU quanto a estas parcerias, o Presidente afirmou que a CDU votou contra as propostas que entendeu que devia votar e a favor das propostas que entendeu serem uma mais-valia para o Concelho. O Presidente aproveitou ainda para precisar o que foi dito na última Assembleia, que a CDU tinha votado contra todas as propostas de empréstimo do anterior Executivo, o que não corresponde à verdade, já que a grande maioria dos votos da CDU foram ou a favor ou abstenção.

Posto à votação, o ponto 7 foi aprovado por maioria com 1 abstenção da deputada Ana Cristina Sérgio.

Ponto 8 – Apreciação e votação – Vasco Miguel Gabriel Cláudio: Alteração do Gaveto Direito da Rua 25 de Abril / Rua Depósito da Água no Frade de Cima.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado perguntou se o espaço que vai ser cedido ao proprietário do lote fica interdito a qualquer tipo de construção futura.

Intervenção do deputado Marco Silva. O deputado afirmou que o município não ficou a ganhar muito com a transacção, uma vez que o proprietário também perdeu uma parte do seu terreno.

O Presidente explicou que este processo já se arrasta há muitos anos e, tendo o Executivo sido abordado pelo proprietário com esta proposta que mereceu a aprovação dos serviços, decidiu-se afectar no domínio público esta parcela e integrá-las nos lotes 1 e 8.

Posto à votação, o ponto 8 foi aprovado por unanimidade.

Ponto 9 – Apreciação e Votação – Parcela de terreno a doar pelo particular Manuel Caniço Nunes – para integrar o domínio público.

O deputado Fernando Ramalho criticou a documentação que lhe foi entregue para documentar este ponto, que, segundo o deputado, carecia de indicar qual a área que vai ser efectivamente doada ao Município.

Posto à votação, o ponto 9 foi aprovado por unanimidade.

Ponto 10 – Homologação da Proposta de Regulamento “Funcionamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho de Alpiarça”, publicada no Diário da República nº86 de 4/05/2011 para apreciação pública, sem ter sido objecto de qualquer intervenção.

Aprovado por unanimidade.

Ponto 11 – Homologação da Proposta de Regulamento “Projecto Oficina Solidária”, publicada no Diário da República nº 86 de 04/05/2011 para apreciação pública, sem ter sido objecto de qualquer intervenção.

Aprovado por unanimidade.

Ponto 12 – Homologação da Proposta de Regulamento “Concessão de Auxílios Económicos no Pré-Escolar e 1º ciclo do Ensino Básico”, publicada no Diário da República nº 86 de 04/05/2011 para apreciação pública, sem ter sido objecto de qualquer intervenção.

Aprovado por unanimidade.

Ponto 13 – Homologação da Proposta do Regulamento Transportes Escolares, publicada no Diário da República nº 86 de 04/05/2011 para apreciação pública, sem ter sido objecto de qualquer intervenção.

Aprovado por unanimidade.

Ponto 14 – Homologação da Proposta de regulamento funcionamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos do 1º ciclo do Concelho de Alpiarça, publicada no Diário da República nº 86 de 04/05/2011 para apreciação pública, sem ter sido objecto de qualquer intervenção.

Aprovado por unanimidade.

Período de Intervenção do Público

Intervenção do munícipe João Serrano. O munícipe veio à Assembleia dar conta de algumas das actividades que a A.I.D.I.A está a levar a cabo no Concelho. A propósito do Festival do Melão, a associação vai lançar no dia 23 de Julho o primeiro livro dos Cadernos Culturais da A.I.D.I.A. Trata-se de um volume dedicado ao conterrâneo Manuel António, responsável pela selecção de uma variedade única de melão, da autoria do munícipe Ricardo Hipólito.

O munícipe deu em seguida conhecimento daquilo que a Associação que representa considera um atentado ambiental grave. Segundo o munícipe, o proprietário dos terrenos junto à Aldeia do Toco decidiu nivelar o terreno em torno da sua casa, deslocando para o efeito todo o entulho para cima dos canaviais, não tendo ido parar dentro da Vala Real por mero acaso. O munícipe anunciou que a A.I.D.I.A iria tomar uma posição pública quanto a esta matéria no próximo número da Voz de Alpiarça.

O munícipe transmitiu os cumprimentos a esta Assembleia da parte do Presidente do Instituto Politécnico de Santarém e da Vice-Presidente do mesmo Instituto, pela atitude que hoje tomou de aprovar por unanimidade a declaração da Aldeia do Patacão como património de interesse municipal.

Anunciou ainda que a A.I.D.I.A. vai colaborar na limpeza da Aldeia do Patacão e da maracha onde se irá realizar a segunda edição do Festival do Patacão, iniciativa da responsabilidade da Junta de Freguesia com colaboração da Associação que representa. O munícipe convidou os eleitos da Assembleia para participarem nesta acção de voluntariado. Lembrou que no ano passado a A.I.D.I.A. ofereceu 80 dias de trabalho aos alpiarçenses para que o Patacão pudesse começar a ser limpo.

O Grupo Etnográfico de Cantares e Dançares de Alpiarça, o Albandeio, associação de que o munícipe também faz parte, apresentou à Câmara uma proposta para criar um Museu Etnográfico de Alpiarça no edifício que fica mesmo em frente ao edifício dos Paços do Município. Esta

associação já conseguiu reunir um número considerável de objectos etnográficos, entre os quais 8 barcos avieiros. O munícipe considera que esta é uma iniciativa muito importante para o desenvolvimento do município e propõe por isso, em nome do grupo Albandeio e da A.I.D.I.A., a apresentação de uma proposta ao QREN de intenções de investimento para que se possa aproveitar a fase de reformulação da estratégia de eficiência colectiva junto da CCDR do Alentejo para se poder beneficiar de um financiamento que pode ir até 80% a fundo perdido para reabilitar um equipamento desta natureza e munir Alpiarça de um museu etnográfico que seja digno do nosso património.

Existe também a predisposição de dois voluntários para assegurar permanentemente a limpeza da Vala Real. Para tal a A.I.D.I.A. apresentou uma proposta à Câmara na qual especifica os materiais que a Câmara deverá disponibilizar para o efeito. Apela-se pois aos membros da Assembleia para que participem destas actividades.

O munícipe sublinhou que as associações que representa não pedem dinheiro, pedem meios para poderem oferecer trabalho em prol do município.

Lembrou ainda que a A.I.D.I.A. em conjunto com a Associação dos Arquitectos sem Fronteiras conseguiu arranjar um arquitecto estagiário que gratuitamente fará um plano para proposta de reabilitação das casas degradadas da artéria principal de Alpiarça. A proposta foi apresentada à Câmara no ano passado e até agora, lamentou o munícipe, a Câmara ainda não deu nenhuma resposta concreta.

A A.I.D.I.A. vai trazer a Alpiarça o professor Pedro Teiga, da Universidade do Porto e coordenador do Projecto RIOS, que se mostrou disponível para elaborar um diagnóstico das necessidades de recuperação e reabilitação dos 9 cursos de água que existem em Alpiarça.

Interveio em seguida a deputada Ana Cristina Sérgio, agora na qualidade de munícipe. A munícipe chamou a atenção para a travessa na Rua Manuel Nunes Ferreira, local que é negligenciado pela limpeza da Câmara e pouco seguro durante a noite. Para além disso, estão constantemente carros estacionados à entrada dessa travessa, o que dificultaria o acesso dos bombeiros, por exemplo, em caso de necessidade.

O Presidente da Câmara passou a responder às questões. O Presidente começou por saudar o munícipe João Serrano e aos restantes elementos da A.I.D.I.A., que têm de facto colocado parte do seu tempo de lazer ao serviço da comunidade alpiarcense.

Quanto à proposta concreta da recuperação do edifício em frente aos Paços do Município, o Presidente informou que a Autarquia já estava neste momento a trabalhar na preparação de uma candidatura para a recuperação desse espaço exterior ao edifício da Câmara, projecto que incluía o derrube daquela edificação. Esta decisão foi tomada depois do parecer de alguns técnicos que asseguraram que o imóvel não reunia as condições de segurança necessárias. Em todo o caso, com um maior valor arquitectónico e urbanístico existem em Alpiarça outros edifícios que é urgente recuperar: a Câmara antiga e o Mercado Municipal. Era portanto para um destes edifícios que o Executivo tinha perspectivado colocar o espaço museológico. Em todo o caso, o Presidente reiterou a intenção da Autarquia trabalhar em conjunto com os voluntários e os associados da A.I.D.I.A. no sentido de manter a Vala Real limpa. Já quanto à questão dos Arquitectos sem Fronteiras, esse assunto não está esquecido, mas, implicando alguns custos para a Autarquia, requer ponderação por parte da Câmara.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, passavam quarenta minutos da meia noite, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____